

DESAFIOS À INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM SURDEZ: AÇÕES DE EDUCADORES REGENTES E PIBIDIANOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA

Geiselane da Silva Ramos¹ Sílvia Cláudia Marques Lima²

¹Graduanda, *Instituto Federal Baiano - Campus Guanambi*. E-mail: geiselaneramos@outlook.com

²Orientadora, *Instituto Federal Baiano - Campus Guanambi*. E-mail: silvia.lima@ifbaiano.edu.br

INTRODUÇÃO

A necessidade de se discutir a educação inclusiva advém de históricas lacunas no âmbito educacional, mediante o qual muitos indivíduos têm sido alijados. Mesmo que os textos legais abordem, de forma clara, as perspectivas de inclusão, por meio da Educação Especial, sabe-se que o evidenciado no interior das escolas difere muito dessas determinações normativas. A LDB 9.394/96, mais especificamente no seu capítulo cinco, define a Educação Especial como modalidade a perpassar, em ações transversais, todos os níveis e modalidades educativas.

A difusão de teorias e de práticas pedagógicas e sociais da educação inclusiva visa atender o acesso a níveis elevados do ensino, de pesquisa e de criação artística, conforme a capacidade de cada um. Na busca do atendimento dessas especificidades, a Educação Especial regulamenta-se por várias legislações, dentre elas, a Constituição Federal de 1988, no artigo 208, inciso III, que determina a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola para todos, como também preconiza a oferta de Atendimento Especializado, preferencialmente no ensino regular. Também, o Decreto Federal nº 3956/2001 promulga a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as pessoas com Deficiência. Nessa ótica inclusiva, alia-se o Decreto Federal 6949/2009, ao estabelecer a Convenção Internacional sobre os Direitos das pessoas com Deficiência – CDPD/ONU/2006.

A fim de consubstanciar tais políticas, o Governo brasileiro implementou mudanças conceituais e estruturais na organização do sistema educacional, a partir da instituição da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (2015). Alia-se a esse alicerce inclusivo, políticas de fomento oferecidas por programas governamentais, pois

de acordo com a Portaria Nº 096, de junho de 2013, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) estabelece os pilares, cujos objetivos consistem em: incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; contribuir para a valorização do magistério; elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, ao promover a integração entre as modalidades de ensino superior e básico. (AMORIM, et al, 2015)

Somam-se a esses fomentos, ações do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FnDE). Assim, o Pibid visa contribuir para a inclusão de estudantes com Surdez, em especial na escola alvo desta pesquisa, posto que, para além dos desafios encontrados à concretude inclusiva do público em referência, o Pibid constitui-se em uma política educacional de subsídio ao curso de Licenciatura em Química, no Instituto Federal/ *Campus* Guanambi, sendo esta instituição única da cidade a ofertar este curso.

Nesse universo ímpar, as ações dos referidos licenciandos bolsistas se fortalecem, uma vez que as proposições do programa Pibid visam à formação docente, ao promover oportunidades de convívio em sala de aula, e, sobretudo, inserir atividades específicas, mediante a interação desses com alunos(as) surdos(as) em sala de aula, levando-o este público com necessidades específicas obter conhecimentos de determinados métodos utilizados pelos docentes, a saber, uso de slides nas explicações dos conteúdos, figuras, experimentação, dentre outros, com vistas a melhor compreensão desses(as) estudantes. Nesse contexto, além de aprenderem o ofício do magistério, os pibidianos observam e favorecem tanto alunos(as) com surdez, quanto docentes e intérpretes durante suas atividades.

Ainda que haja atribuições e contributos desses programas, percebe-se que a discussão sobre a educação inclusiva reforça a urgente necessidade de ações capazes de efetivar a diversidade humana presente nos espaços educativos. No caso específico dessa pesquisa, o enfoque sobre estudantes com surdez se firma, por acreditar que muitos deles inseridos em escolas municipais e estaduais do Território Sertão Produtivo possuem defasagem de ferramentas e condições para o ensino/aprendizagem.

A educação de crianças especiais é um problema educativo como é também o da educação de classes populares, a educação rural, a das crianças da rua, a dos presos, dos indígenas, dos analfabetos, etc. É certo que em todos os grupos que menciono existe uma especificidade que os diferencia (...). (SKLIAR, 1997,14)

Tais realidades se assemelham devido às inúmeras dificuldades à efetiva educação inclusiva. Mediante tal conjectura, este estudo buscou identificar os desafios à inclusão de estudantes com Surdez para o ensino-aprendizagem, à luz de professores(as) do Colégio Estadual Idalice Nunes (CEIN), sob a atuação do Pibid em Química, do Instituto Federal Baiano, *Campus* Guanambi. Para tanto, procuraram-se identificar aspectos pedagógicos importantes ao desenvolvimento discente com surdez em sala de aula; investigar ferramentas pedagógicas e atividades de linguagem utilizadas no ensino-aprendizagem dos (as) estudantes relativos à instituição supracitada; identificar possibilidades pedagógicas avaliativas adaptáveis ao atendimento dos (as) alunos (as) com surdez; verificar formação e conhecimento docente na utilização dos materiais específicos a esses (as) educandos (as).

Nesse sentido, a pertinência deste estudo revelou-se na capacidade de despertar à gestão institucional e à comunidade local efetivar mecanismos pedagógicos e políticas de ampliação das condições de oferta, acesso, atendimento e permanência, e, sobretudo, de melhoria na formação dos profissionais, a fim de se investir na efetividade de uma Educação qualitativa de licenciandos (as) direcionada a alunos(as) com surdez.

Nessa ótica profícua, as discussões alicerçaram-se, sobretudo, nos estudos de Dorziat (2011), Carvalho (2011), Figueira (2013) Gonçalves (2014), Lüdke e André (1986), Minayo (2009), Skliar, (1997), Tuzzo e Braga (2016) e Yin, (2005), seguindo um percurso argumentativo organizado em etapas específicas. A partir disso, seguem-se os materiais e métodos utilizados, resultados e discussão, e por fim, a conclusão da pesquisa, não como um fechamento definitivo, posto que a investigação se faz dinâmica e sempre aberta à modificações e complementaridades.

METODOLOGIA

O objeto de pesquisa contemplou a análise dos desafios à promoção do ensino/aprendizagem no âmbito da educação inclusiva de estudantes com Surdez, no Ensino Médio do Colégio Estadual Idalice Nunes, local de atuação do Programa Pibid, no qual contempla licenciandos(as) do Instituto Federal Baiano – *Campus* Guanambi. Estas instituições de ensino localizam-se na cidade de Guanambi-BA, pertencente ao Território Sertão Produtivo, no Sudoeste baiano, a aproximadamente 790km da capital Salvador-Bahia,

conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, c2017).

O corpo funcional da escola, *locus* da pesquisa compõe de uma diretora, duas vices - diretoras, uma coordenadora pedagógica e trinta e cinco professores (as). Dentre estes(as), há vinte cinco do Ensino Fundamental e dez do Ensino Médio. Quanto ao discentes, há vinte e cinco turmas e um total de setecentos e setenta estudantes. Dentre esse total, há trinta e cinco alunos (as) com necessidades especiais, destes, há quinze estudantes com surdez.

Os sujeitos envolvidos consistiram em quatro educadores(as) das áreas de Linguagens, humanas e exatas, sendo duas educadoras do componente Língua Portuguesa e Literatura Brasileira; um educador da disciplina de História e uma educadora do componente Matemática. A escolha desses docentes adveio da atuação deles junto ao público alvo.

No que se refere ao percurso metodológico do estudo, procedeu-se, inicialmente, de leituras e fichamentos, a fim de aprofundar o entendimento do objeto de estudo e obter maior clareza acerca das questões relacionadas à inclusão de quinze estudantes com surdez, no ensino médio, em íntima relação com a instituição investigada. Tal estudo possibilitou focalizar os desdobramentos na prática docente, sob atuação do Pibid.

A seguir, e, simultaneamente aos estudos, partiu-se para a pesquisa de campo. Sob tal escopo, utilizou-se o método de abordagem qualitativa, de cunho descritivo-exploratório, subsidiado pelos instrumentos de coleta de dados: observação com registro e entrevistas. Conforme Minayo (2009), a investigação qualitativa preocupa-se com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização dentre outros.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2009, p.21).

Dadas essas particularidades e subjetividades dos sujeitos, esta investigação fundamentou-se nos pressupostos do estudo de caso que para Yin (2005), representa investigação empírica e permite compreender um método abrangente, com lógica do planejamento, da coleta e análise de dados. Pode incluir tanto estudos de caso único quanto múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

Para melhor fidedignidade dos dados, as observações, no momento das entrevistas, alicerçaram-se à luz do que sugere os estudiosos Tuzzo e Braga (2016), de modo ampliar possibilidades e alternativas de coleta e de análise de modo triangular e amplo, na tentativa de auxiliar as demandas dos fatos. Existem formas variadas de registrar as observações. Há quem faça somente anotações escritas, há quem registre os dados com apoio de áudios ou outros instrumentos. No entanto, nas observações analisadas, utilizou-se o registro escrito diário de campo. Para isso, esta pesquisa ancorou-se em estratégias facilitadoras de estudo. As autoras Lüdke e André (1986) apontam como regra geral que, quanto mais próximo do momento da observação, maior sua acuidade. Isso depende da relação do pesquisador com o grupo. Neste caso em foco, houve tranquilidade em relação aos registros dada à proximidade com aquele. Quando, por algum motivo, não se permitiu registrar, buscava-se realizar a anotação em um momento mais próximo possível da ocorrência, a fim de não perder a essência da informação. Durante as observações, o próprio campo apontava modos de se efetuar os registros. A depender das circunstâncias, buscavam-se alternativas para organizar a observação.

No que se referiu ao instrumento entrevista, privilegiou-a para a construção dos dados, posto que esta ferramenta constitui alternativa ao estudo de significados subjetivos, dada sua amplitude e especificidade da coleta dos dados. Nesta perspectiva, utilizou-se roteiro flexível, no qual valorizou-se e inseriu-se a informação inesperada.

Outra questão importante refere-se aos cuidados de registro dos dados colhidos: entre a gravação direta e a anotação durante a entrevista, neste sentido, optou-se pelo uso de ambas, uma vez que a gravação possui a vantagem de captar todas as expressões orais (LÜDKE e ANDRÉ, 1986), e o registro, por meio de anotações, complementa a primeira técnica, mediante a possibilidade de seleção e interpretação dos discursos destas fontes.

Dessa forma, com vistas a tornar mais completa e fidedigna a pesquisa, somaram a essas ferramentas, o uso da entrevista semiestruturada, por se tratar de uma técnica que permite ao entrevistado maior liberdade de expressão, preparo e informações sobre o tema de estudo; como assevera Gonçalves (2014) ao afirmar que a pesquisa exploratória visa à descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes. A exploração representa, atualmente, importante diferencial com temáticas subjetividades individuais. Dessa forma, esta pesquisa possibilitou envolver subjetividades dos sujeitos, os dados tratados representam resultados das informações

colhidas, por meio das entrevistas, das observações e dos momentos coletivos.

Para além disso, captou-se, por meio das entrevistas, dos gestos, dos momentos de trabalho docente em sala de aula e mesmo dos momentos de diálogos “descomprometidos” nas rodas de conversas, apresentam-se, como resultados deste estudo, as interpretações e significados atribuídos às ocorrências emanadas do campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em se tratando de Educação Inclusiva na instituição foco deste estudo, em geral, as atitudes evidenciam postura afirmativa não só dos(as) educadores(as), mas de todo o sistema educacional. Nesse aspecto,

O que tenho pretendido alertar é que a inclusão, como desejável, é necessário um movimento para melhorar as respostas educativas das escolas, para todos e para toda a vida, deve preocupar-se com a remoção das barreiras para a aprendizagem e para a participação (promovendo a interação, a integração, entre os colegas de turma, da escola (...)). CARVALHO (2011, p. 112)

Tal prerrogativa assegurada pelo autor consubstancia-se em iniciativas como as do Pibid, dentre seus objetivo aprimora a aquisição de saberes ímpares para além dos espaços acadêmicos. Essas ações dos pibidianos constituem significativos avanços, por contribuir à formação destes, à formação continuada de (as) professores(as) regentes, visto que tais atividades dos bolsistas estimulam e fortalecem a construção identitária docente em suas singulares, nos espaços das salas de aula, conforme (AMORIM, et al, 2015).

Nesse sentido, a pesquisa, ao focar as necessidades do público alvo do CEIN voltadas à seguridade do ensino e da aprendizagem destes, constatou a necessidade de se garantir intérpretes de Libras nas classes com estudantes surdos, além da carência formativa dos profissionais da escola comum habilitados para atuação junto a esses (as) alunos (as).

Percebeu-se, também, lacunas pedagógicas de inclusão, como a importância de um projeto pedagógico (PPP) que inclua alunos com necessidades especiais, neste caso com surdez, porque, segundo Figueira (2013, p. 85), “(...) pensar em um projeto de educação de forma inclusiva significa pensar o tipo e qualidade de escola, a concepção de homem e de sociedade que se pretende construir.” Dessa forma, cabe modificar metodologias de ensino, a

fim de melhor atender às necessidades discentes para que estes possam alcançar seus objetivos comuns como os demais colegas.

Para atender tais realidades, os professores lidam com dificuldades estrutural-pedagógicas e interativas, posto que não possuem completa formação para atender alunos com surdez. Figueira (2013, p. 35) sentencia que “nenhum professor está preparado para trabalhar com a Inclusão Escolar até o momento em que chegue à sua turma um aluno a ser incluído, ou seja, ninguém em nenhuma situação está preparado para resolver algo que nunca vivenciou.” No entanto, ao obter tais conhecimentos, a função social da escola se intensifica, porque há maior aproximação entre professor-aluno com vistas à aprendizagem inclusiva. Quadros (2008, p. 34) corrobora ao afirmar que “(...) é imprescindível também a formação de professores que partilhem do mesmo universo referencial das crianças surdas, para que elas possam estabelecer suas identidades e construir suas relações sociais, linguísticas e culturais com seus pares”. Isso implica salas de aulas com profissionais pouco preparados para lidarem com as demandas do cotidiano escolar e aqui se inclui as demanda dos alunos com surdez. Essas constatações, mediante entrevistas com os docentes, reforçam a importância das suas formações, tanto na atuação quanto no apoio a intérpretes de Libras no cotidiano da sala de aula. “Além da formação docente, é fundamental a presença de um bom interprete de Libras, em tempo integral na sala, para garantir o desenvolvimento dos alunos surdos” (Educador A¹).

Arelada à carência formativa dos educadores da escola comum, constatou-se também insuficiência de ferramentas pedagógicas para promover a inclusão. No caso do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os espaços de oferta e de disposição das ferramentas pedagógicas contemplam salas de recursos multifuncionais, ambientes estruturados com equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos adequados para alunos com necessidades específicas. No entanto, segundo os docentes das salas comuns, para realizar atendimento com estudantes com surdez, prescinde-se de investimento técnico e financeiro. Nesse sentido, as legislações apontam a incumbência do Ministério da Educação para apoiar ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado. Em paralelo às atuações do Governo Federal, cabe ao poder público também se comprometer com ações no âmbito do atendimento.

Em relação ao atendimento docente, no caso da instituição em análise, ainda que exista sala de recursos, e a presença do programa Pibid, constatou-se importante para o

¹ A fim de resguardar a identidade dos informantes, eles serão identificados por letras do alfabeto. (83) 3322.3222
contato@conedu.com.br

atendimento dos(as) estudantes com surdez, determinados instrumentos ou materiais. Também geralmente não se pode contar com os profissionais da escola comum, em parceria com os especializados em surdez, porque os professores atestam não disporem de tempo suficiente para prestar tal atendimento com proposição afirmativa.

Diante dessa necessidade de tempo requerido ao atendimento das especificidades dos estudantes com surdez, percebeu-se, conforme o relato: “A dificuldade maior é a questão do tempo. O tempo é curto e a carga horária é grande, o que acaba acarretando um *déficit* na qualidade do acompanhamento do aluno” (Educadora B).

Outra dificuldade para promover a educação inclusiva resulta da ausência de parcerias com organismos sociais e locais, em razão de a instituição em análise constituir-se única da rede estadual a oferecer esse tipo de Educação, visto que esta não se faz das séries iniciais. Perceberam-se lacunas no processo de aquisição do conhecimento para redução dos empecilhos à aprendizagem e a participação discente pibidiano, em perspectiva de inclusão à surdez. Tal situação retarda possíveis iniciativas complementares, mesmo aquelas apoiadas por instituições afins, como as subsidiadas por licenciandos em Química do IF Baiano, *campus* Guanambi, na escola alvo deste estudo, visto que não há outras escolas da cidade com essa especificidade de ensino.

Ainda que haja iniciativas, no âmbito das políticas públicas e educacionais, percebidas nas esferas federal e estadual, existem ações tímidas. Essas questões denotam ausência efetiva de cumprimento dessas políticas. Entretanto, no intuito de subsidiar esse segmento, o Governo Federal implementou a Política Educacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Assim, o Ministério da Educação lançou, em setembro de 2008, o Decreto 6.571/08, relativo à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Esse serviço de atendimento da Educação Especial oferta assistência e permite reconhecer, elaborar e coordenar recursos pedagógicos. As salas atendem alunos incluídos de diferentes áreas da Educação Especial, matriculados nas escolas municipais e estaduais. O objetivo do AEE consiste em oferecer condições, de modo que o estudante com surdez sintase livre e motivado a construir o seu conhecimento, dentro dos espaços intelectuais a eles disponíveis. Tal ação lhes favorece a construção de novos significado/conhecimento, de modo a entenderem-se capazes, autônomos em suas ações e de usar a inteligência de que dispõem, bem como operacionalizá-la em conexão às demais políticas públicas afirmativas.

A característica essencial desse atendimento alicerça-se pelo caráter complementar ou suplementar, conforme Decreto 6571/08, Assim, cabe a tal modalidade de atendimento dirigir-se aos alunos especiais inseridos em turmas comuns, como ocorre com os (as) estudantes surdos (as) atendidos (as) pelo CEIN.

Essas transformações no âmbito da educação voltadas aos alunos com surdez, no entanto, não se efetivam somente via legislação. Há exaustivo caminho entre a criação das políticas e seu impacto no cotidiano escolar, pois, embora haja empenho à implementação de propostas profícuas de Educação Inclusiva, grande parte das instituições municipais e estaduais, ainda carece das condições institucionais mínimas necessárias a sua viabilização.

A inclusão do público alvo ao processo de escolarização demanda mecanismos voltados à participação e a aprendizagens específicas a esses discentes, tanto na sala de aula como no AEE. Dorziat (2011) postula a importância de se aperfeiçoar o ensino da escola comum, em favor de todos os alunos. Nessa ótica, os educadores, em conjunto com os pibidianos precisam conhecer e utilizar os meios necessários ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem dos alunos surdos. Contudo, deve-se considerar a suficiência à escolarização desse público com simples adoção de instrumentos e mecanismos, como a língua de sinais. Desse modo, faz-se necessário às instituições regulares de ensino implementar ações promotoras desses saberes ntido aos educandos em geral.

Para além da utilização de materiais adequados, de profissionais capacitados e de infraestrutura favorável, os alunos com surdez prescindem de educacionais estimuladores ao pensamento, que explorem suas capacidades, em todos os sentidos. Para tanto, cabe aos organismos federais investirem na Educação Especial, com destinação de recursos à constante formação e manutenção das estruturas instituídas, em direção a tal atendimento.

CONCLUSÃO

O ensino-aprendizagem de estudantes com surdez, sob a perspectiva dos olhares de(as) professores(as) do Colégio Estadual Idalice Nunes (CEIN) – Guanambi-BA, subsidiado por graduandos em Química do Instituto Federal Baiano – *Campus* Guanambi emerge considerações direcionadas ao aprimoramento dessa especificidade educativa. Ademais, propõe às instituições um chamado a novos olhares e escutas no âmbito da promoção do desenvolvimento desses discentes.

Diversas polêmicas têm se formado em torno da educação para alunos com surdez, posto que a proposta de educação escolar inclusiva voltada a esse público ainda constitui grande desafio, cujas possibilidades requerem a superação de diversas barreiras, a saber: condições de infraestrutura física, pedagógica e tecnológica das instituições; carência formativa específica à Educação Inclusiva; ausência de políticas públicas educacionais de atendimento, dentre tantas outras dificuldades constitutivas e prerrogativas à efetiva inclusão.

Nessa perspectiva de ausências, ressalta-se a necessidade premente de se efetivar ações derivadas de políticas estrutural-pedagógicas para o acesso pleno dos estudantes com surdez ao conhecimento. Para tanto, importa o envolvimento de todos os segmentos sociais, familiares, desde instituições filantrópicas, sobretudo, de aperfeiçoamento teórico/prático de instituições formadoras, com programas como o Pibid, a fim de arregimentar saberes a todos os partícipes para uma inclusão plena. Assim, torna-se relevante lutar por uma igualdade que reconheça as diferenças e por uma diferença que não produza, alimente ou reproduza desigualdades.

Percebe-se, à guisa das ponderações desse estudo, que o princípio para uma educação inclusiva prescinde da garantia das liberdades individuais, sem usurpar direitos, muito menos o direito a aprender.

REFERÊNCIAS

AMORIM, J. A.; LIMA, S.C.M.; REIS, A. R. da. Impacto do pibid na formação dos licenciandos em química do Instituto Federal Baiano – *Campus Guanambi*. In.: *Iniciação à Docência e o Ensino de Ciências*, EDUFBA, 2017.

BRASIL. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. *Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: educação inclusiva*/ Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, Diretoria de Apoio à gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2015.

_____. Constituição do Brasil. *Assembleia Nacional Constituinte 1998*. Brasília, DF.

_____. Lei nº 9.394. de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares*. Secretaria de Educação Fundamental/

Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEF/SEESP. 1999.

CARVALHO, R. E. *Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"*. 8º ed. Porto Alegre: Mediação, 2011 p. 112.

DORZIAT, A. (Org.). *Estudos surdos: diferentes olhares*. Porto Alegre: Mediação, 2011.

IBGE. Bahia: *Guanambi*. Cidades@, Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/ba/guanambi/panorama>>. Acesso em: 12 out 2017.

FIGUEIRA, E. *O que é educação inclusiva?* 3ª reimpressão. São Paulo: brasiliense, 2013 p. 35- 85.

GONÇALVES, H. de A. *Manual de metodologia da pesquisa científica*. 2 ed. São Paulo: Avercamp, 2014.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, M.C.S. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

QUADROS, R. et. al. *Inclusão de surdos no ensino superior por meio do uso da tecnologia* In: Estudos surdos III. Editora Arara Azul LTDA: 2008. Séries Pesquisas.

SANTOS, B. de S. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade, p.56.

SKLIAR, C. (Org.) *Educação & exclusão: abordagens sócio antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Editora Mediação. 1997.

TUZZO, S.A; BRAGA. *O processo de triangulação da pesquisa qualitativa: o metafenômeno como gênese*. Revista Pesquisa Qualitativa: São Paulo, v. 4, n.5, p. 140-158, ago.2016.

YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.